

Diap, 28/03/14

Servidores e centrais defendem fortalecimento da negociação coletiva

Fortalecer e regulamentar a negociação coletiva foi a principal reivindicação apresentada por representantes de servidores públicos e de centrais sindicais, nesta segunda-feira (24), na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) sobre o projeto que regulamentará o direito de greve no serviço público. Apesar de prevista na Constituição, desde 1988, essa garantia nunca foi regulamentada.

O artigo 37, inciso VII, da Carta Magna prevê que o direito de greve dos servidores públicos "será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica". No entanto, passados mais de 25 anos de sua promulgação, a regulamentação ainda não foi feita.

Entre os pontos polêmicos que vem retardando a votação de um projeto com esse objetivo está o quantitativo mínimo de servidores que deverão atuar durante a paralisação; a definição dos serviços essenciais; e a antecedência do aviso para a deflagração da greve.

Segundo representantes de servidores públicos, a greve ocorre porque não há diálogo entre o gestor e o funcionalismo. Além de regular o direito de greve e a negociação coletiva, o projeto também deve englobar temas como acordos, dissídios e data-base.

- Nós fazemos hoje greve e paralisações simplesmente para termos direito à negociação salarial. E isso é lamentável. Era de se esperar que passados 12 anos do governo do Partido dos Trabalhadores nós tivéssemos essa regulamentação - disse Rudinei Marques, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical).

Vice-presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Daro Piffer, lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dá aos trabalhadores da iniciativa privada o direito de se organizar, negociar e fazer acordos coletivos e greves há muito tempo.

- Todos nós somos trabalhadores e o direito deve ser igual para todos sob pena de reduzirmos o servidor público a uma subcategoria, inferior a do empregado da iniciativa privada - afirmou Piffer.

A posição foi endossada por outros representantes de trabalhadores do funcionalismo público que participaram do debate. Eles também manifestaram preocupação com projetos em tramitação no Congresso que exigem, durante a greve, que pelo menos 60% dos servidores têm que continuar no trabalho para o atendimento à sociedade em atividades consideradas essenciais como emergências de hospitais, abastecimento de água e energia, e coleta de lixo.

Em resposta a críticas de servidores e das centrais sobre um possível descaso do governo em relação ao funcionalismo público, o secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Eduardo Arbulo Mendonça, sustentou que avanços importantes, em especial quanto a recuperação salarial, foram obtidos na última década.

- Uma coisa é dizer que eu saí insatisfeito de uma negociação e de um termo de acordo que tive de assinar, outra coisa é dizer que a prática deste governo é igual à dos governos anteriores, já que temos 130 termos de acordo assinados ao longo desses onze anos - ponderou Mendonça.

Também foram ouvidos na audiência pública, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge; a diretora-adjunta de Relações Intersindicais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Maria Urânia da Silva Costa; Rita Maria Pinheiro, assessora de relações do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; e o vice-presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto. (Fonte: Agência Senado)

Agência Brasil, 27/03/14

Desemprego em fevereiro é o menor desde o início da série em 2002

Nielmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil Edição: Graça Adjuto

A taxa de desemprego em fevereiro deste ano para o conjunto das seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 5,1%, a menor taxa para o mês desde o início da série histórica, em 2002. Os dados foram divulgados hoje (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indicam uma pequena alta de 0,3 ponto percentual em relação aos 4,8% relativos à taxa de desemprego de janeiro.

Em relação a janeiro do ano passado, quando a taxa de desocupação estava em 5,6%, a queda no desemprego foi 0,5 ponto percentual. No mês, o rendimento real habitual ficou em R\$ 2.015,60, contra os R\$ 2.000,53 do mês anterior.

A população desocupada, em fevereiro, segundo o IBGE, estava em 1,2 milhão de pessoas, com elevação de 6,9% em relação a janeiro. Quando comparado a fevereiro do ano passado, no entanto, o contingente da população desocupada registra queda de 8,3%.

Portal da CUT

Sindicatos precisam de linguagem popular e rede nacional para se comunicar, dizem debatedores

27/03/2014

Encontro desta quinta-feira (27) começa a analisar estrutura de Comunicação da CUT; CUTistas apresentarão Plano Nacional de Comunicação

Escrito por: Henri Chevalier - CUT Nacional

"A Comunicação, por si só, não é contra-hegemônica. Ela só consegue ser quando está articulada com a ação política", afirmou, nesta quinta (27), Rosane Bertotti, secretária de Comunicação da CUT Nacional, durante o 7º Encontro Nacional de Comunicação da CUT (Enacom). A dirigente participou do debate "Comunicação Contra-Hegemônica", sobre desafios de Comunicação a serem enfrentados pela CUT Nacional, as confederações e as estaduais da CUT.

Segundo a dirigente, a importância dada à Comunicação depende de decisões políticas e financeiras das executivas. "Se não tivermos a decisão política de colocar a Comunicação como eixo central das políticas decisórias, e, depois, a discussão financeira, sobre as formas de implementação das políticas, como poderemos construir comunicação contra-hegemônica?", indaga.

Para Rosane, houve muitos avanços na CUT em relação ao debate da Comunicação, a exemplo da inserção do tema na estrutura interna da Central e a decisão de colocar a Democratização da Comunicação como principal pauta de luta nas manifestações de primeiro de maio. Mas ainda é preciso avanços nos estados. A secretária lembra que é preciso rearticular, também, os grandes parceiros, como a TVT, a Rede Brasil Atual e a blogosfera. "A direita consegue estruturar Comunicação com facilidade. Se nós não conseguirmos construir uma rede, como vamos falar com a juventude, com nossa base?".

Paulo Salvador, diretor da Rede Brasil Atual, também ressaltou a importância das secretarias de comunicação nos estados e a necessidade de investimento como um pilar básico para a Comunicação. "Não dá para enfrentar imperialismo com mimeógrafo, é preciso investir", destaca. Para ele, é fundamental combater a grande importância dada às grandes mídias; incentivar a coleta de assinaturas para o *Projeto de Lei de Iniciativa Popular por uma Mídia Democrática (PLIP)*; criar redes de Comunicação eficazes entre as estaduais da CUT e pensar um modo de se adaptar ao novo fluxo de informações. "Nós estamos passando por uma revolução pessoal. Se não ficarmos atentos à velocidade e às novas lógicas de comunicação, que a juventude, inclusive, está atenta, nós corremos sérios riscos de prejuízo", aponta Salvador.

O jornalista resalta a necessidade de reflexão sobre a imprensa sindical, inclusive em relação à linguagem. "Precisamos fazer debates sobre novas técnicas, aproveitar acontecimentos populares, memes, redes sociais. Talvez os meios precisem se valer de jargões, personagens, conteúdos que estão nas bases, para termos maior penetração". Outra questão, segundo Salvador, é a necessidade de produção de conteúdo específico, com apuração e boa estruturação.

Rosane Bertotti deixou como sugestão para as estaduais da CUT o mapeamento dos parceiros na área de Comunicação e a articulação para tornar visível na mídia outras regiões do Brasil, além do Sudeste.

A lógica da Mídia

Para Valter Sanches, presidente da Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho e diretor de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, os grandes grupos de mídia criticam o sistema público para gerar lucro em sistemas privados e, assim, manter os anúncios que a sustentam. "No Brasil, temos predominância do modelo comercial. O que é a mídia comercial? Empresas que vivem de lucro. E se vivem de lucro, reproduzem valores na sociedade em que mantenham esse sistema acontecendo, mantendo sistema e retorno de lucro." Como exemplo, o sindicalista apresentou os sistemas de saúde e educação públicas. Os sistemas privados dessas áreas são considerados grandes financiadores das empresas midiáticas.

Como estratégias de combate, Sanches aponta duas frentes de luta: Democratização da Comunicação e construção de veículos próprios. "Temos que destinar parte de verbas de sindicato para fazer isso, é questão de sobrevivência", afirma, lembrando que não é possível ficar dependente de verbas governamentais. A TVT vem construindo uma rede de comunicação, incluindo jornais, revistas, internet, e TV, com destaque para um novo canal que começa a funcionar em 40 dias, além de aplicativos para celular. "A tendência, pelo que parece, é o celular. A mídia hegemônica quer migrar para o celular para estar presente no máximo de lugares possível. Os celulares estão mais presentes em casas do que as televisões e temos que disputar esses espaços".

O presidente da FENAJ, Celso Schröder, concordou com a necessidade de construir uma alternativa à Comunicação hegemônica a partir da organização no interior da Central. "Me parece que, compreendendo as diferenças estaduais, é necessário falas compartilhadas socialmente para capacitar a sociedade. É preciso formar vocabulário e sermos compreendidos, termos uma linguagem universal". O jornalista atentou à necessidade de disputa ideológica nas camadas populares, levando em consideração que o jornalismo tem sido um local histórico de manipulação. Centrando o debate nas redes sociais, afirmou que "As redes não são nossas, são deles. E é mais fácil eles terem acesso às redes porque tem aquilo que os deixou dominar as outras comunicações: o dinheiro. "

Para Schröder, é urgente a construção de uma alternativa à Comunicação Social como ela se apresenta: interesse das elites. Os trabalhadores precisam pensar na saída ideal que faça a contraposição às ideologias de direita.

Plano de Comunicação Nacional

O VII Enacom Continua nesta sexta-feira (28) com debate sobre as estratégias de Comunicação para as estaduais e a apresentação do Plano Nacional de Comunicação da CUT. Haverá grupos de trabalho para discutir os pontos do Plano e a aplicação específica nos estados da federação.

Portal da CUT

Calma e participação marcam segundo dia de eleição no Sindicato dos Bancários de São Paulo

27/03/2014

Urnas itinerantes percorreram agências para coletar votos que definirão a diretoria do Sindicato
Escrito por: Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Cabines e urnas tomaram as agências e departamentos de São Paulo e região, na quarta-feira (26), segundo dia da eleição que vai definir a diretoria do Sindicato para o triênio 2014/17. Levadas por mesários e fiscais, os materiais para votação foram movimentados com tranquilidade entre os locais de trabalho.

Para a mesária coordenadora Mirtes Silva Conte, o processo eleitoral está tranquilo: "O pessoal está animado e fazendo perguntas sobre como votar".

As urnas percorrerão todos os locais de trabalho da base territorial do Sindicato. De acordo com ela, a meta é que haja tempo para fazer a "repescagem" até sexta-feira 28, isto é, que seja possível voltar aos locais para coletar votos de sindicalizados que, por um motivo ou por outro, não estavam em seus setores.

"De qualquer modo, quem não estava na agência quando passamos, pode ir até a sede do Sindicato (Rua São Bento, 413) para votar ou se informar com a Comissão Eleitoral (3188-5339)", orienta Mirtes.

Importância de participar – Muitos que se expressaram nas urnas afirmaram que o processo eleitoral é importante para a categoria.

Em agência do Safra, no Tatuapé, Renato Pereira, que tem deficiência auditiva, disse que vota para "ajudar na luta". Na mesma agência, Vagner Pereira afirma que o voto é fundamental na eleição "porque dá opção de escolha".

Em unidade do HSBC do Shopping Silvio Romero, na zona leste, a recepção das urnas também foi boa. "Acho que é uma segurança saber que tem sempre alguém para ajudar a gente", disse Pérsia Valente. Sua colega Amália Dantas recebeu a cédula com alegria: "Sempre que precisei fui atendida, então é um prazer ter essa oportunidade", afirma. "Se quando tem greve a gente participa, agora também temos que participar", diz outra bancária, Nanci Nardelli.

Voto consciente – Em agência do Santander do Shopping Tatuapé, Poliana Maria da Silva achou interessante porque "conhece a chapa" em que votou.

Por outro lado, no Bradesco do Shopping Silvio Romero, Adjane Fonseca e o gerente Marcos Galian disseram que faltou embate. Já Rui de Souza, bancário de agência Bradesco da Avenida Azevedo, diz votar consciente: "voto para que o sindicato, enquanto organização, continue defendendo direitos. Cada vez mais o assédio e as metas aumentam e, por isso, precisamos de quem nos represente bem", afirma.

No Itaú do Shopping Tatuapé, a gerente operacional Egles Sandra Ribeiro preocupa-se em saber quem sempre está atento aos problemas da agência.

A eleição vai até 28 de março. Além das diurnas, há urnas fixas noturnas nos departamentos que funcionam nesse período.

Portal da CUT

Salários das mulheres em regiões metropolitanas são 16% a 29% menores

27/03/2014

Pesquisa do Dieese com funções equivalentes mostra diferença de quase 43%, mesmo com a trabalhadora tendo mais escolaridade

Escrito por: Viviane Claudino - Rede Brasil Atual

Pesquisa divulgada nesta terça-feira (25) pelo Dieese ratifica o dado de que as mulheres seguem ganhando menos, ainda que ocupem funções equivalentes às dos homens. "Mesmo em um contexto de melhora geral do mercado de trabalho, a remuneração continua a ser menor", diz o instituto. Na média, o rendimento das trabalhadoras é 29% menor em São Paulo, 28% em Porto Alegre, 26% em Belo Horizonte, 25% em Fortaleza, 18% em Recife e 16% em Salvador.

Os dados referem-se ao período 2011-2013 e são das seis regiões metropolitanas incluídas na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pelo Dieese em parceria com a Fundação Seade, de São Paulo, e instituições regionais, com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A pesquisa considerou funções em ocupações consideradas homogêneas. Assim, mesmo quando comparados segmentos produtivos similares, os salários das mulheres – que também tinham mais anos de estudos – eram menores. Segundo o Dieese, as informações sobre os salários foram consideradas por hora, para evitar discrepâncias entre as jornadas.

Entre os grupos ocupacionais, em Fortaleza o o salário das mulheres gerentes comerciais é 42,8% menor do que o dos homens que desenvolvem a mesma função: R\$ 4,20 por hora trabalhada para elas e R\$ 7,34 para eles. Na mesma região metropolitana, a diferença de salários das profissionais de educação, do ensino médio, chega a ser 34,5% em relação aos trabalhadores do sexo masculino.

Na região metropolitana de Belo Horizonte, mulheres representantes comerciais e corretoras ganham em média R\$ 9,83, e os homens R\$ 15,27, diferença de 35,6%. Em Salvador, mulheres que ocupam o cargo de assistentes administrativos, auxiliares de contabilidade ou secretárias recebem em média R\$ 6,94 por hora, enquanto os homens ganham R\$ 10,54 (diferença de 34,2%). Em São Paulo, mulheres vendedoras chegam a receber 31,6% a menos.

Em todos os casos citados, o nível de escolaridade das mulheres é maior.

"É necessário que haja um conjunto de indicadores que demonstrem à sociedade essa discriminação, porque as mulheres compõem metade da classe trabalhadora do país", afirmou a coordenadora da PED, a economista Lúcia Garcia, do Dieese.

"A pesquisa também nos dá suporte para lutar por melhorias para as mulheres em convenções coletivas de trabalho", observou a vice-presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos de Minas Gerais (FEM-CUT), Alexandra do Amaral.

Diap, 28/03/14

Ano começa com ritmo de atividade superior ao esperado

Em meio ao noticiário predominantemente negativo, há pelo menos uma boa surpresa no início deste ano: os indicadores de atividade já conhecidos para janeiro e fevereiro superaram expectativas, ainda que o retrato seja de uma economia com crescimento modesto. O aumento da renda foi mais forte do que em igual período do ano passado, a criação de empregos formais superou em 77% o primeiro bimestre de 2013 e os indicadores já conhecidos apontam para alta da produção industrial em fevereiro, após o avanço de 2,9% entre dezembro e janeiro, na série com ajuste sazonal.

Os economistas veem os dados com cautela, mas o início de ano mais positivo, em parte por causa do clima quente, deixou um pouco mais distante a hipótese de retração do Produto Interno Bruto (PIB) logo na abertura de 2014. Janeiro e fevereiro mais fortes devem compensar a fraqueza esperada para março, por causa do efeito Carnaval (que aumentou o número de dias úteis em fevereiro, mas reduziu os deste mês). Já a queda da confiança de empresários e consumidores, que está no menor nível desde 2009, torna pouco provável uma retomada mais consistente da economia no curto prazo, além de indicar desaceleração do investimento.

O mercado de trabalho, principal sustentação do consumo, mostrou bons números. A renda começou 2014 com alta superior a do início do ano passado. Pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento médio real de janeiro foi 3,6% superior ao de igual período do ano passado, marcando o terceiro mês seguido de ganho real acima de 3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Essa aceleração do ganho real foi acompanhada por um aumento mais forte nas contratações com carteira assinada do primeiro bimestre, reforçando a massa salarial e, por consequência, dando um fôlego extra ao consumo. No primeiro bimestre, a inflação de alimentos foi menor do que em 2013, o que liberou renda para outros bens. Essa situação, contudo, deve mudar em março.

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE mostrou alta de 0,4% sobre dezembro e 6,2% sobre janeiro do ano passado, percentual próximo ao 6,8% indicado pela pesquisa do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) para o mesmo mês. Para fevereiro, o Índice Antecedente de Vendas (IAV) do IDV aponta um crescimento de 7,5% nas vendas das 48 varejistas associadas ao instituto, enquanto a estimativa das mesmas empresas para março é de alta de 4%. Em evento na semana passada, a presidente do Magazine Luiza, Luiza Trajano, disse que, para o conjunto do varejo, "janeiro foi espetacular, fevereiro sem Carnaval foi muito bom e março continua bom".

Nos dados da Serasa Experian, no primeiro bimestre o movimento nas lojas foi 6% superior ao dos dois primeiros meses de 2013, com alta mais forte em janeiro e desaceleração em fevereiro. Para Luiz Rabi, economista da Serasa, fevereiro já refletiu um ritmo menos intenso, que apareceu também na menor demanda dos consumidores por crédito. "O calor levou a um aumento mais forte nas vendas", diz ele, listando uma das causas para o ritmo acima do esperado no começo do ano. "Mas os efeitos da taxa de juros ainda serão sentidos", acrescenta.

A expedição de papel ondulado, considerado um bom termômetro das encomendas da indústria de bens de consumo, também foi beneficiada pelas altas temperaturas do verão, diz Sergio Amoroso, presidente da associação que reúne os fabricantes do setor. No primeiro bimestre, houve alta de 3,3% da expedição de papel, na comparação com igual período do ano passado.

Além da demanda mais forte de fabricantes de bebidas, ventiladores e aparelhos de ar-condicionado, o resultado foi impulsionado pela proximidade da Copa do Mundo e aumento das vendas de televisores. Mesmo que março seja mais fraco, por causa do menor número de dias úteis em função do Carnaval, Amoroso avalia que o setor pode encerrar o trimestre com alta de 3% da produção em relação a igual período de 2013. Em sua avaliação é um bom resultado e pode levar a associação a revisar para cima a estimativa de crescimento de cerca de 3,5% projetado para este ano.

O início de ano mais forte do que o esperado se estendeu a outros segmentos da indústria. As vendas de aço planos subiram 16,4% sobre o primeiro bimestre do ano passado e as vendas internas de produtos químicos aumentaram 3,3%, no mesmo período. Rafael Bacciotti, economista da Tendências Consultoria, projetava um mês de fevereiro mais fraco, mas com os indicadores já disponíveis passou a estimar alta de 0,6% da produção industrial no período, após avanço de 2,9% em janeiro, feitos os ajustes sazonais.

A produção de automóveis subiu 15,1% nessa comparação, de acordo com dados da Anfavea dessazonalizados pela consultoria. "Foi um resultado disseminado, com alta de veículos leves e de ônibus e consideravelmente acima das nossas projeções". Ainda que parte dessa alta seja "devolvida" em março, a indústria deve encerrar o trimestre com aumento de 0,5% da produção, após dois trimestres consecutivos de queda. Apesar do crescimento um pouco maior esperado para a indústria no período, a Tendências projeta alta de 0,2% do PIB entre janeiro e março porque o setor de serviços não deve sustentar o mesmo ritmo do fim do ano passado, afirma. (Fonte: *Valor*)

Portal da CTB

1º Encontro dos Correios da CTB reúne centenas de trabalhadores em São Paulo

No sábado e domingo (22 e 23), cerca de 200 trabalhadores e trabalhadoras ecetistas participam do 1º Encontro promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos de São Paulo (Sintect-SP), entidade filial à CTB.

Também participaram do evento diversas categorias que, mesmo não sendo ainda vinculadas à CTB, contribuíram com os debates, apresentando suas opiniões e fazendo propostas.

O objetivo da atividade, realizada na colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto do Estado de São Paulo (sintaema), em Nazaré Paulista, foi esclarecer, debater e fortalecer a luta da categoria.

Debates e propostas

Na abertura, na manhã do dia 22, o presidnete do Sintect, Elias Cesário, o Diviza, saudou os trabalhadores e ressaltou a importância da participação da categoria.

Em seguida, o Dr. Hudson fez uma ampla exposição sobre as formas como Movimento Sindical e os trabalhadores dos Correios especificamente, que se organizam atualmente através dos seus Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais.

Destacou a necessidade dos trabalhadores estarem atentos para as grandes mudanças que ocorrem no Brasil e na Empresa de Correios. O debate sobre o quanto foi certo o Sintect-SP e outros Sindicatos de trabalhadores dos Correios terem saído da Fentect e a fundado a Findect foi levantado por várias das pessoas que pediram a palavra.

Na parte da tarde o debate girou em torno das lutas dos trabalhadores no Brasil.

Adilson Araújo, presidente nacional da CTB, apresentou uma análise para abrir os debates, deixando clara a disposição da Central em defesa de avanços para a categoria.

Propostas de luta e organização

Após a intervenção do presidente da CTB, os trabalhadores contribuíram com análises e propostas.

Em sua fala, o presidente do Sintect, Diviza, ressaltou que é hora de dar início às mobilizações de data-base. "Inclusive com possíveis paralisações e outras formas de luta em setores onde a situação está insustentável, devido à sobrecarga de serviço, números absurdos de assaltos, etc".

No domingo (23), foram apresentadas e encaminhadas diversas propostas, que visam fortalecer a organização e as lutas da categoria.

Para os participantes o encontro foi extremamente positivo. Avaliação que fortaleceu a intenção do Sintect-SP realizar outros encontros, sempre com o objetivo de aprofundar a ligação entre a diretoria, delegados dindicais e a base.

Portal CTB com Sintect-SP

Portal da Força Sindical

Direito dos trabalhadores está fora dos trilhos em obra de manutenção de trens da Supervia do RJ

Atraso no pagamento de salários, no tíquete refeição e no depósito do vale transporte. Esse é o quadro geral dos 150 trabalhadores da MPE – Montagem e Projetos Especiais, em Deodoro, bairro da Zona Oeste do Rio. A empresa presta serviço de manutenção de trens para a Supervia, concessionária que faz a operação das ferrovias na capital do estado.

Com constantes atrasos nos pagamentos desde outubro, o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil (Sintraconst-Rio) organizou paralisações de advertência com os trabalhadores dentro do canteiro, em Deodoro. Em março, muitos empregados não tinham sequer dinheiro para ir àquela estação da Zona Oeste do município, onde são prestados os serviços de manutenção, desde 2012.

"Ficamos sem qualquer informação. Os responsáveis não vêm falar com a gente", reclamou um instalador da obra, dando um panorama de como são tratados os trabalhadores terceirizados.

Uma das funções da MPE é colocar para funcionar o sistema de ar condicionado dos vagões. Quando há paralisação dos trabalhadores, os trens que apresentam defeito deixam de circular, prejudicando o já precário serviço de transporte ferroviário na cidade do Rio de Janeiro.

"A empresa alega que vem passando por problemas financeiros. Mas a MPE não pode deixar os trabalhadores assim. É um desrespeito. Vamos continuar os protestos até que a questão seja regularizada", destacou Rodrigo Victoriano, técnico de Segurança do Trabalho do Sintraconst-Rio.

Segundo levantamento do Sindicato, a MPE, que tem sede na cidade do Rio, contabiliza lucros a cada ano. Em 2012, por exemplo, seu lucro passou de R\$ 27 milhões, conforme ranking da revista Exame.

Fonte: Assessoria de Imprensa SINSTRACONST-Rio

Marcelo Peres - Secretaria de Imprensa e Comunicação Força Sindical do Estado do RJ

Portal Mundo Sindical

Pinda: Ameaça de greve muda negociação entre Sindicato e Elfer

Os trabalhadores da Elfer aceitaram em assembleia nessa quarta-feira, dia 26, dar um prazo para que a direção da empresa realize melhorias, como a correção dos desvios de função, entre outros problemas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba-CUT protocolou o comunicado de greve no último dia 20. No mesmo dia a empresa aceitou fazer a reunião pedida pelo sindicato há quase dois meses.

Nessa quarta-feira, quando foi feita nova assembleia, alguns itens reivindicados já haviam sido regularizados, principalmente com relação à segurança. Segundo o secretário de Comunicação do sindicato, Benedito Irineu, a empresa também se comprometeu em corrigir os erros mais importantes, como pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e desvios de função, este último com prazo de 30 dias para auxiliares e 60 dias para os demais cargos.

"A direção da empresa poderia ter resolvido esses problemas antes, mas pelo menos ela se comprometeu em resolver antes da greve, que é a última alternativa em uma negociação. Parabéns aos trabalhadores que mostraram união. Vamos continuar fiscalizando pra ver se o que foi prometido será realmente cumprido", disse Irineu.

A Elfer emprega cerca de 80 trabalhadores na oferta de serviços e fabricação de peças em alumínio no distrito industrial do bairro Feital.

Fonte: Vale News - 27/03/2014

Sindicato cobra intervenção federal por investimento na GM de S. José

Nove meses após fechar um acordo na tentativa de trazer um investimento de R\$ 2,5 bilhões para a planta da General Motors em São José dos Campos, o Sindicato dos Metalúrgicos cobra intervenção do governo federal para que a montadora anuncie o destino do aporte. O acordo firmado entre a multinacional e a entidade, em junho de 2013, previa o encerramento de uma das oito fábricas do complexo industrial no Vale do Paraíba, e resultou na demissão de 687 trabalhadores em dezembro. A expectativa é que o aporte gere 2,5 mil empregos.

Durante visita da presidente Dilma Rousseff (PT) nesta terça-feira (25) a São José, para liberação das obras das casas para ex-moradores do Pinheirinho, representantes do sindicato entregaram uma carta à presidente.

No documento, a entidade destaca a concessão de incentivos fiscais às montadoras, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e pede 'tolerância zero' para o fechamento de postos de trabalho no setor automotivo. A GM demitiu 598 trabalhadores em janeiro e 687 em dezembro do ano passado, após o fechamento da Montagem de Veículos Automotivos (MVA).

O conteúdo da carta entregue à presidência foi discutido pelos trabalhadores do primeiro turno da GM em assembleia nesta terça-feira. Para Luiz Carlos Prates 'Mancha', secretário geral do sindicato em São José, apesar da empresa ser privada, a crise na GM incluiu negociações envolvendo os governos estadual e federal.

"Estamos constantemente em contato com a GM e não há retorno, é preciso um posicionamento. A empresa se beneficia de isenções fiscais e o mínimo que deve fazer é gerar empregos. Queremos saber o destino destes recursos e acreditamos que São José tem todas condições de receber essa nova linha", disse.

Em junho de 2013, o diretor de relações institucionais da montadora, Luiz Moan, informou que o aporte é disputado por três países. Para levar vantagem na disputa, a prefeitura de São José ofereceu um pacote de benefícios à montadora, como a construção de um complexo industrial vizinho ao parque industrial da GM.

Outro lado

A GM informou, por meio da assessoria de imprensa, que ainda não há previsão para que o anúncio seja feito. O investimento prevê a instalação de uma nova linha para a produção de um modelo popular compacto a partir de 2017.

Fonte: G1 - 26/03/2014

Vigilantes da rede pública de Sergipe servem sopa durante protesto

Integrantes do Sindicato dos Vigilantes Públicos do Estado de Sergipe realizaram um protesto em frente ao Palácio do Governo na Avenida Adélia Franco, Zona Sul de Aracaju, na manhã desta quarta-feira (26). Os vigilantes serviram uma sopa como forma de resposta a uma declaração feita pelo governador Jackson Barreto durante entrevista à imprensa.

"O governador disse durante uma coletiva 'Não venham de garfo que hoje é dia de sopa' ao se referir às reivindicações dos servidores públicos. Por isso, preparamos uma bela sopa para servir em frente ao palácio", afirmou Carlos André Lino Souza, secretário do sindicato.

A categoria formada por cerca de 1.700 vigilantes reivindica a criação de um plano de cargos e salários, reajuste inflacionário referente aos anos de 2012, 2013 e 2014, pagamento de 30% de adicional de periculosidade, bem como do excepcional do fim de semana, além de melhores condições de trabalho.

Os vigilantes também são contra a contratação de terceirizados, que recebem R\$ 1.300 de remuneração, enquanto os concursados ganham apenas um salário mínimo para cumprirem a mesma carga horária de 120h mensais.

Os vigilantes trabalham desarmados na segurança de escolas e de órgãos públicos do estado. "A única arma que nós temos é o apito e em alguns casos as sirenes das escolas", revela Carlos André.

Segundo Carlos André, há uma reunião marcada para quinta-feira (27), onde representantes do sindicato serão recebidos pelo secretário Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag) Augusto Gama e pelo secretário estadual da Educação Belivaldo Chagas. "A possibilidade de indicativo de greve será analisada após o encontro", disse.

Fonte: Denise Gomes e Marina Fontenele/G1 - 26/03/2014

Ditadura Nunca Mais! Atos por todo o Brasil marcam 50 anos do golpe militar

27/03/2014

Agenda de atividades entre 31 de março e 2 de abril exigem justiça e reparação e resgatam a história de luta da classe trabalhadora

Escrito por: CUT Nacional

Dinâmicas diferentes, mas um só objetivo: repudiar os 50 anos do golpe, os crimes da ditadura militar, exigir justiça e reparação, e resgatar a história de luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Foram 21 anos de ditadura militar (1964 – 1985) que precisam ser lembrados para que ditaduras nunca mais aconteçam. Serão diversos atos espalhados por todo o Brasil no período entre 31 de março e 2 de abril.

Trabalhadores, trabalhadoras e o movimento sindical foram os principais alvos da ditadura. Centenas de entidades sindicais sofreram intervenções, com sindicalistas combativos, de diretorias democraticamente eleitas, presos, torturados e até mesmo assassinados. Ataques aos direitos sindicais e trabalhistas foram aprovados pelos militares e empresários comprometidos com a ditadura, como a lei anti-greve, a lei de arrocho salarial e o fim da estabilidade no emprego.

Agora, depois de 50 anos, está em atividade a Comissão Nacional da Verdade (CNV) que tem entre os seus objetivos investigar os crimes da ditadura militar. No âmbito da CNV funciona o Grupo de Trabalho (GT) Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical. Este GT tem ativa participação da CUT por meio da sua Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça, que apoia os seus trabalhos. A Comissão da Memória da CUT organizou atos para ouvir depoimentos, denunciar os crimes do regime militar e está mobilizando os sindicatos para as manifestações que ocorrerão na próxima semana.

Confira baixo a programação pelos Estados:

No Pará, o ato sindical unitário acontece no dia 1º/4 em Belém. Haverá o lançamento da Comissão da Verdade e Memória dos Trabalhadores – 50 anos do golpe militar de 64. A atividade ocorre na OAB-PA (praça Barão do Rio Branco, 93 – Campina), a partir das 10h.

Em Sergipe, a CUT tomou a iniciativa de organizar atividades nos dias 31 de março e 1º de abril. Às 18h30 do dia 31, a Central realiza um debate no auditório da Sociedade Seara. Ex-presos políticos da ditadura em Sergipe falarão sobre a atuação dos militares no Estado contribuindo para a reflexão conjunta acerca do Golpe.

No dia 1º de abril, os movimentos sociais de Sergipe constroem o ato 'Ditadura Nunca Mais', no Calçadão da João Pessoa em frente ao Banese a partir das 8h30 da manhã. A manifestação pede a punição dos torturadores e ditadores, a criação da Comissão da Verdade e Memória em Sergipe e a retirada do nome de ditadores e torturadores de prédios públicos, praças, bairros e avenidas.

Em Santa Catarina, o ato é dos movimentos sociais e tem a participação da CUT. O Fórum de Comunicação da Classe Trabalhadora junto com o movimento estudantil, o Coletivo Catarinense Memória Verdade e Justiça e demais entidades sindicais e do movimento social estarão reunidos para lembrar os 50 anos do Golpe Militar e as atrocidades cometidas pela ditadura no Brasil. O Fórum vai aproveitar para coletar assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a democratização das comunicações no Brasil.

A concentração do ato será a partir das 15h, na sede da União Catarinense Estudantil (UCE), na rua Álvaro de Carvalho, 246, Centro. A marcha fará paradas em frente ao prédio da Farmácia Catarinense, onde era a livraria Anita Garibaldi, do PCB e onde a repressão, em 1964, retirou os livros e os queimou na calçada; no Prédio da antiga FAED, onde funcionava o Centro de Informações da Marinha, base da repressão em Santa Catarina (CENIMAR); no Museu Cruz e Souza, antigo palácio do Governo do Estado; encerrando as atividades na Esquina Democrática, no Centro da Capital.

Acontecerão também duas atividades em São Paulo: o ato unificado "Ditadura Nunca Mais: 50 anos do golpe militar", em 31 de março de 2014, a partir das 9h, no pátio externo do prédio da Rua Tutoia, nº 921, prédio tombado que abrigou o DOI-CODI, organismo de repressão da ditadura, onde centenas de pessoas foram torturadas e muitas assassinadas. Os movimentos sociais querem que aquele espaço seja convertido em um lugar de memória.

Já no dia 2 de abril, haverá um ato no Tuca/PUC-SP (Rua Monte Alegre, 1024, Perdizes). A partir das 18h será a inauguração do Monumento ao Nunca Mais nas dependências da PUC-SP. Às 19h, ato em homenagem à Resistência e luta pela democracia.

No dia 1º de abril também ocorrerá uma caminhada e ato no centro do Rio de Janeiro, com a participação da CUT, outras centrais, movimentos sociais e partidos políticos.

Monitor Mercantil, 28/03/14

Alto desemprego de jovens dificulta recuperação da Zona do Euro

Ameaça para o crescimento e o futuro das empresas européias

Milão – Embora, as condições econômicas na Zona do Euro permitam a criação de clima otimista, por serem observados sinais de recuperação, o desemprego continua mantendo-se em níveis altos, e os prognósticos para o futuro não são particularmente favoráveis, de acordo com o relatório da Ernst & Young (EY), intitulado Eurozone Forecast (EEF) Spring 2014, indicando que os percentuais de desemprego serão reduzidos apenas em um ponto nos próximos quatro anos.

O elevado desemprego não constitui somente ameaça para a recuperação na Zona do Euro, considerando que a demanda de consumo mantém-se hipotônica, mas o risco refere-se à ocupação dos jovens, os quais encontram-se impossibilitados de encontrar emprego, algo que, ao que tudo indica, poderá ter consequências muito desagradáveis para as empresas.

Segundo o relatório, o desemprego médio na Zona do Euro neste ano será conformado em 12%, ligeiramente inferior ao do ano passado, antes de começar a reduzir-se com ritmos lentos, para atingir 11% em 2018. Contudo, com os ritmos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), serão mantidas as grandes exclusões no mercado de trabalho entre os países-membros.

O maior percentual de desemprego será na Grécia, onde espera-se que atingirá 28% neste ano, para reduzir-se, gradualmente, para menos de 25% em 2018, enquanto na Espanha espera-se que será reduzido a 25% neste ano e 23% em 2018. Ao contrário, a Áustria e a Alemanha continuarão mantendo os menores percentuais de desemprego, 4,5% e 5,3%, respectivamente, durante o período 2014–2015.

Metade sem emprego

Enquanto os atuais níveis de desemprego em determinados países-integrantes da Zona do Euro permanecem elevados, o desemprego de jovens, particularmente na periferia, é mais preocupante ainda. Espanha e Grécia registram os piores percentuais de desemprego de jovens, mais de 50%, enquanto Eslováquia, Itália e Portugal registram percentuais superiores a 30%.

Todos estes números sinalizam péssimas consequências para as empresas, considerando que a dinâmica para a produção e progresso perde-se gradualmente, tornando o crescimento sustentável cada vez uma meta muito mais distante.

Neste âmbito, a EY apresenta como proposta, incentivar os empresários a promoverem a criação de postos de trabalho, como fornecedores de produtos que beneficiem o mais amplo espectro da sociedade, assim como a lição sobre o tema de empreendedorismo nas escolas.

Com relação ao crescimento, o relatório estima que o Produto Interno Bruto da Zona do Euro em 2018 será 5% superior ao mais alto nível antes da crise econômica, isto é, no primeiro trimestre de 2008. Já o PIB da Grã-Bretanha e o dos EUA serão, respectivamente, superiores em 12% e 23% durante o mesmo período.

Após dois anos de queda, o relatório avalia para a Zona do Euro um crescimento de 1% neste ano, 1,4% em 2015 e, em continuação, crescimento anual de 1,6% durante o período entre 2016 e 2018. Estes desempenhos continuam sendo insuficientes, particularmente em relação ao ritmo de crescimento que foi registrado durante a primeira metade da última década. Contudo, justifica-se um otimismo contido porque existirá uma gradual recuperação dos gastos de consumo e dos investimentos empresariais.

Novatos lideram

O retorno em crescimento contido e a estabilização da oneração sobre os empréstimos resultam em novo recuo à possibilidade de dissolução da Zona do Euro. A integração da Letônia mais cedo neste ano e a provável integração de Lituânia ano que vem estão proporcionando um impulso positivo na confiança aos países da moeda comum.

O relatório prevê diversificações no ritmo de recuperação entre os diferentes países da Zona do Euro. Especificamente, já espera ritmo de recuperação do PIB da Irlanda em 1,8% neste ano, enquanto a Espanha deverá alcançar crescimento de 0,8%.

O mais elevado ritmo de crescimento na Zona do Euro é esperado no mais novo integrante, a Letônia, a qual deverá crescer mais de 4%, seguida pela Estônia, cujo alta atingirá 2,5%. Ao contrário, o ritmo na França não deverá superar 0,7%, ritmo este situado em nível inferior à média da Zona do Euro. Outros países do núcleo, como Bélgica, Holanda e Finlândia, registrarão crescimento hipotônico, aumentando as preocupações com perspectivas a médio prazo.

O ritmo de contração da economia da Grécia continuou desacelerando-se – de acordo com a EY – perto do final do ano passado, com o PIB sendo reduzido em 3,7% no final do ano. O desemprego já está sendo estabilizado, e as perspectivas têm melhorado sensivelmente, com as finanças públicas (menos o pagamento dos juros) e a balança de contas correntes quase equilibradas.

Alta das exportações

A EY prevê que é prematuro falar em recuperação, considerando que espera-se contração do PIB neste ano em 0,5%. A existência de considerável superávit de mão-de-obra produtiva, continuará pressionando os salários a curto prazo e, resultando em nova redução do rendimento

disponível das famílias, apesar do relativo alívio em consequência da queda dos preços. Neste âmbito, espera-se que os gastos de consumo caiam 1% neste ano, contrabalançando em grau elevado a melhoria das exportações líquidas.

Aliás, calcula-se, nas exportações encontra-se a chave para a recuperação da Grécia a médio prazo. E considerando a fraqueza do mercado doméstico, este país deverá aproveitar a recuperação do comércio mundial. Os desempenhos até hoje são mistos, com fortemente aumento nas arrecadações internacionais de serviços de viagens contrabalançando as decepcionantes exportações de bens.

Entretanto, a mais forte recuperação da Zona do Euro e a contínua melhoria da alça de oferta sinalizam desempenhos encorajadores para o comércio, com o aumento das exportações atingindo 4,8% neste ano e oscilando em média anual de 4% durante o período 2015–2017.

Com a recuperação das exportações, as empresas deverão completar suas reservas reduzidas a fim de aproveitarem as vantagens com a melhoria da competitividade e das reformas. Os investimentos de capital fixo, espera-se, aumentarão ligeiramente neste ano e, em seguida, aumentarão em 6%, anualmente, durante o período 2015–2018.

Por fim, o relatório da EY afirma que, apesar do fato de as perspectivas económicas terem melhorado, a tensão no ambiente político permanece. As relações internacionais mostram-se mais em ordem, enquanto os emprestadores continuam pressionando os governos para promoverem mais rapidamente as reformas corretivas.

Maria Segre - Sucursal da União Européia.

Organizado por Ernesto Germano